Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÓPIA

MOÇÃO Nº 2 DE 2019

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em 18/02/19
Protocolo

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

A Câmara de Cascavel, por meio de seus representantes legais, subscritores da presente proposição legislativa, nos termos que regem o arts. 157 e 158 do Regimento Interno desta Casa, solicitam que seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Sandro Márcio Fecchio, Superintendente (Interino) Regional do Instituto Nacional de Reforma Agraria – INCRA e ao Exmo Senhor Carlos Roberto Massa Júnior, Governador do Estado do Paraná, hipotecando apoio e urgência na solução da demanda de Reintegração de Posse que envolve às famílias pré-assentadas na Comunidade Jangadinha, Estrada Rio da Paz – Cascavel – Paraná, pugnando sejam adotadas todas as medidas necessárias para evitar o desalojamento dessas famílias do atual local que ocupam.

É a Moção. Sala de Sessões,
Cascavel, 15 de fevereiro de 2019.

Parra
Vereador/MDB

Paulo Porto
Vereador PC do B

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA

Justificativa:

Os vereadores subscritos, veem pelo presente apelar ao Governo do Estado do Paraná bem como ao Superintendente Interino do INCRA, que tomem as medidas necessárias e cabíveis para solução, com urgência, da demanda envolvendo famílias da comunidade Jangadinha.

Exatamente, 11 famílias vivem na comunidade Jangadinha há mais de 20 anos, organizando a pequena agricultura no regime de economia familiar rural. Incluem-se na comunidade homens, mulheres, crianças e idosos. Neste período, na busca de condições melhores de viver no campo com dignidade, as famílias construíram uma infraestrutura social coletiva, com apoio do poder público, tanto do Governo Federal, Estadual ou Municipal.

O local conta com boa infraestrutura, entre eles um poço artesiano (construído com recursos do INCRA), uma unidade para atendimento médico (construído com recursos municipais), igrejas, um salão comunitário e um campo de futebol (construído com recursos municipais). Além, evidentemente, de toda infraestrutura individual, incluindo casas, galpões, estábulos, mangueiras, cercas, chiqueiros, galinheiros e outros.

Na agricultura, predomina os cultivos de cereais e hortifrutigranjeiros. Os cereais são comercializados principalmente nas cooperativas da região, enquanto os outros produtos atendem programas governamentais de compra direta da agricultura familiar, sendo direcionados à alimentação escolar nas escolas e Cmeis ou mesmo hospitais públicos.

Atualmente, cerca de 9 famílias estão em processo de certificação orgânica/agroecológica pela rede Ecovida de certificação participativa, que também conta com processo de assistência técnica de programas governamentais destinados à agricultura familiar agroecológica/orgânica.

Além da agricultura, algumas famílias se dedicam a pecuária, principalmente, para a produção de leite, comercializados em laticínios da região. Sem obstar, evidentemente, a produção de carne de aves e suínos para o consumo próprio e comércio local.

Essas atividades incluíram as famílias na vida econômica e social do Município. Além de aproximadamente 30 adultos, vivem no local 8 idosos, 1 adolescente e 9 crianças. Destes, cinco são acolhidos no programa família acolhedora, sendo certo que são acompanhados por assistentes socais e pelo Ministério Público.

A relação com as comunidades vizinhas é consolidada, seja nas parcerias econômicas seja nas relações sociais. Encontros religiosos, eventos festivos, jogos e esportes, cultura e lazer, enfim, trata-se, efetivamente, de uma comunidade rural de fato consolidada, com superação da pobreza, organização do trabalho e da produção e inclusão social.

Vale dizer que essas famílias não vivem sozinhas no local. Parte deste imóvel foi regularizado pelo INCRA, enquanto essas 11 famílias aguardam até hoje uma solução da Autarquia Federal, razão pela qual correm o risco de serem retiradas da área, caso não haja uma solução por parte do poder público.

Por outro lado, os números da produção e da vida social são mais animadores, de modo que o impacto negativo de eventual despejo é ainda maior, sendo certo que isso atingirá

CONFERIDO DIRETORIA LEGISLATIVA

as outras famílias que vivem na parte regularizada do imóvel, desestabilizando, portanto, diversas iniciativas coletivas deste grupo.

Assim, em defesa dos pequenos agricultores, em defesa da distribuição de renda, em defesa de um mundo com mais justiça social, enfim, em defesa destas famílias cascavelenses, a presente Moção visa hipotecar apoio as famílias e solicitar com urgência que as medidas cabíveis sejam adotadas pelo Governo do Estado e pelo Órgão responsável, no caso INCRA.

CONFERIDO DIRETORIA LEGISLATIVA